

GILBERTO FREYRE

**DOM PEDRO II JULGADO POR  
ALGUNS ESTRANGEIROS  
SEUS CONTEMPORÂNEOS**

Petrópolis  
1970



Longo como foi o reinado de d. Pedro II é natural que durante esses muitos anos o Brasil fosse visitado por não poucos estrangeiros, não só notáveis, como o erudito Gobineau, o sábio Agassiz, o brilhante orientalista Burton, mas de menor porte – medianos, medíocres até. Estrangeiros cuja curiosidade de gente representativa da melhor burguesia européia e anglo-americana da época, voltou-se para a figura de tão surpreendente monarca, dela destacando aspectos aos seus olhos tão significativos quanto inesperados. Surpreendente, em primeiro lugar, a personalidade do segundo imperador do Brasil, pelo simples fato de existir: se o Brasil, como monarquia, era “planta exótica” numa América maciçamente republicana, exótico, esquisito seria também, aos olhos de vários desses estrangeiros, aquele que encarnava essa singularidade. Este o espanto de não poucos dentre eles: encontrarem na América um não só Bragança como Habsburgo, azulíssimo de sangue, e este, em parte germânico, a governar um dos mais vastos países do continente americano, com essa única exceção, republicano. Todo republicano.

Surpreendente, também, era Pedro II pelo seu modo, quer de ser monarca, em particular, quer de ser chefe de Estado, em geral, em agudo contraste tanto com vários dos monarcas, europeus e não-europeus, seus contemporâneos ou seus predecessores como com os caudilhos, os presidentes-generais, os presidentes autocráticos, os presidentes demagógicos, os rigidamente doutrinários, os intransigentemente clericais, os déspotas, os tiranos, os exploradores das suas gentes, que então governavam ou desgovernavam repúblicas

no continente americano. Pois como monarca, Pedro II era de tal modo – assim foi desde adolescente – a negação do tipo convencional de rei ou de imperador que com a sua sobrecasaca e a sua cartola de simples burguês, com seus excessos civis, com seus exageros paisanos, chegou a decepcionar estrangeiros da mesma maneira que a desapontar nativos sequiosos por aquela “majestade da realeza” da frase arguta e célebre de Joaquim Nabuco. Chefe de Estado no continente americano, e de origem em parte germânica, Pedro II foi – sublinhe-se o fato – homem-surpresa, pela sua como que herética aparência ou conduta renitentemente paisana, civil, acadêmica, pouco ou nada marcial, numa América excessivamente glorificadora, quase toda, na sua parte latina, de presidentes tão marciais, eqüestres, pomposos, quanto pouco letrados, pouco acadêmicos e até incivis em vez de apenas pouco civis. O anti-rei, talvez para tornar-se americano, tornou-se em d. Pedro II por vezes antiamericano, com seus excessos paisanos, cinzentos, filosóficos, e sob certos aspectos, antigermânico.

Que reações ao seu modo de ser monarca, de ser chefe de Estado de certo modo clássico em terra americana e até tropical, suscitaria d. Pedro II entre estrangeiros de tipo médio – evitados os excepcionais – que visitaram o Brasil durante seu reinado? O tema é para livro e não apenas para conferência. Pelo que, aqui apenas serão recordados alguns testemunhos de estrangeiros daquele tipo e só daquele tipo sobre a personalidade do segundo imperador do Brasil.

Já muito se tem escrito sobre as relações de Pedro II com o helenista Gobineau. Não faltam comentários à amizade intelectual que o prendeu ao humanista protestante rev. Fletcher. Sabe-se bastante do seu convívio com o naturalista Agassiz: suíço naturalizado cidadão dos Estados Unidos. Estrangeiros superiores pela inteligência e pelo saber.

Entretanto, está ainda por ser feito – repita-se – um estudo geral, panorâmico, de suas relações com outros estrangeiros menos intelectuais, ou apenas intelectualizados: de menor porte ou de menos renome que um Gobineau ou que um Agassiz ou que um Burton ou mesmo que um Fletcher. Suas opiniões de Pedro II, depois de algum contato com ele ou com o Império marcado pela sua presença literalmente real ou pelo seu poder por vezes mais que moderador – opiniões de homens médios –, não deixam, por isto, de ter importância, ou significado, para uma interpretação mais ampla de personalidade tão representativamente brasileira nuns aspectos, quanto

estranha às circunstâncias nacionais de tempo e de espaço, noutros aspectos. Por essas coincidências e por essas dessemelhanças, Pedro II é uma personalidade que, analisada e compreendida como personalidade, concorre para uma mais exata compreensão do Brasil de sua época.

O suíço Charles Pradez – bom exemplo de europeu médio – cidadão de Vevey, veio para o Brasil em 1843. Aqui residiria toda uma vida. Após vinte e cinco anos de Brasil, escreveu o seu *Nouvelles Études sur le Brésil*, publicado em Paris em 1872.

Um dos seus depoimentos mais interessantes sobre o Brasil de Pedro II é o que o inclui entre os vários estrangeiros para os quais a condição do escravo negro em nosso país não se apresentava infernal mas, ao contrário, surpreendentemente satisfatória do ponto de vista do seu bem-estar, quer físico, quer psicológico. Viu em fazendas patriarcais, escravos negros francamente felizes. E no seu livro põe em destaque o triunfo alcançado pelo negróide Carlos Gomes como evidência de que, no Brasil de Pedro II, ao descendente de negro não faltavam de todo oportunidades de sucesso. A propósito do que lembra que também na Rússia havia já casos semelhantes: o do escravo negro Abraham Petrovich Gannipal, entre eles. Adquirido na Turquia, no meado do século XVIII, pelo então embaixador russo, que era um Tolstoi, chegaria a chefe do Estado-Maior do Império, pelo seu gênio matemático e sua personalidade de líder. No Brasil, a seu ver, eram impressionantes as demonstrações de capacidade intelectual superior que vinham sendo dadas por descendentes de negro: “ici c’est parmi eux qui se trouvent les meilleurs orateurs, les meilleurs médecins, les professeurs les plus distingués, les journalistes les plus influents et partout, dans tous les rangs de la société, on est frappé de la variété de leurs aptitudes”, destaca Pradez à página 95 do seu livro.

Lembra Pradez o caso de um escravo negro que, no Brasil dos dias de Pedro II, tendo assassinado um senhor, excepcionalmente cruel, escapou à pena de morte: seu caso comovera a população. Era o de uma vítima de um branco poderoso e rico. O imperador Pedro II, aliás, segundo Pradez, não permitira que o escravo fosse enforcado. O imperador comutava invariavelmente as sentenças de morte: inclusive as que atingiam escravos negros. É Pradez quem o registra à página 103 do seu livro.

Não apenas este aspecto do reinado de Pedro II – seu senso de justiça estendido a escravos negros e sua solidariedade com a tendência geral, no Brasil, para favorecer a ascensão social e cultural de descendentes de negros – impressionou Pradez. Também o comoveu o fato de o Brasil de Pedro II apresentar-se com o que considerou dois dos melhores hospitais ou hospícios do mundo de então: o da Misericórdia e o de Alienados. Este último, sob a direta proteção do monarca.

Valioso o depoimento desse republicaníssimo europeu – um cidadão suíço – sobre um império não-europeu que ele viu com olhos mais críticos do que apologéticos. O Brasil que ele observou foi precisamente o analisado ou, antes, sentido, a seu modo, pelo conde de Gobineau, a quem, tendo faltado simpatia pelo que no nosso país se apresentou a seus olhos em contraste com normas ou formas clássicas, européias, de vida, não faltou interesse, estima, apreço, pelo aspecto clássico, europeu, não-brasileiro de Pedro II. Felizmente, porém, para o Brasil, este aspecto não foi o único que caracterizou a personalidade de um monarca que, de origem européia, de instrução ou formação clássica também européia, de origem em parte germânica, não se fechou de todo a um Brasil, já naqueles dias, a desenvolver-se numa sociedade e numa cultura com características extra-européias, inclusive africanas, a se juntarem às européias.

Radiguet é outro europeu que esteve no Brasil na década 50, com d. Pedro II já plenamente adulto e plenamente imperador. Que traços o impressionaram na personalidade do monarca brasileiro? No teatro, durante um espetáculo, o vivo interesse com que o então ainda jovem monarca seguiu a representação, em francês, de *Tartufo*. Notava-se que havia no imperador um intelectual; e um intelectual, perfeito conhecedor da língua francesa. Outro pormenor significativo observado por Max Radiguet: saiu o imperador do teatro sem que se notasse a menor precaução pela sua segurança.

Noutra de suas páginas – 278 – Radiguet nota do governo imperial que vinha favorecendo a imigração; e que d. Pedro II, como seu antecessor, tudo fazia a favor das instituições que concorressem para propagar no país o gosto pelas ciências, pelas letras e pelas artes.

Que impressão deu a Radiguet um Pedro II visto face a face? A de um homem fatigado, pálido, mas com um rosto marcado pelo caráter: “plein de caractère”, registra o francês no seu livro, à página 281. Cabelos louros. Olhos claros. Aspecto meditativo, sério, correspondendo à fama que já desfrutava, de monarca inteligente, culto, poliglota, amante das ciências. Um pequeno nada significativo é que o autor de *Souvenirs de l'Amérique Espagnole* (Paris, 1856) refere-se, à página 284 do seu livro, “à imensa popularidade no Brasil” de Pedro I, que teria sido um “soberano aventureiro, impetuoso e galante como um francês dos bons tempos”, como que contrastando tal popularidade com a discreta estima que cercava, no Império, um Pedro II nada dionisíaco, nada marcial, nada galante, porém sóbrio, moderado, meditativo, erudito e até livresco. Não só, entretanto – pode-se observar – passivamente moderado: efetivamente moderador quanto a excessos, desmandos, exageros, que estivesse no seu poder de monarca por vezes um tanto mais que constitucional limitar, corrigir, soffrear. Que esta foi, afinal, a função que principalmente exerceu Pedro II como monarca: a de um moderado moderador. Exercendo-a, por vezes, de modo quase puritano, ou quase vitoriano, em seus aspectos moralizadores, não poderia alcançar popularidade semelhante à que alcançara em certas fases do seu reinado, o pai e primeiro imperador, esses extremos de simpatia popular pela sua simpatia, alternando com extremos de repulsa. Enquanto o Pedro II, retratado como humanitário por Pradez e como intelectual por Max Radiguet, não tendo desfrutado nunca, entre seus súditos, de grande popularidade, nunca foi, entre eles, impopular; nunca se viu repellido por qualquer movimento de desaprovação violenta a algum dos seus atos; nunca encontrou oposições imoderadas àquele poder moderador que exerceu quer junto a seus ministros, ao Parlamento, aos partidos políticos, como monarca, quer como brasileiro, tão somente brasileiro, mais de uma vez em situação de agir como elemento de ponderação de equilíbrio, de moderação entre seus compatriotas.

Quase no mesmo ano em que se publicava o livro de Radiguet sobre a América espanhola, com um capítulo à parte sobre o Brasil, apareceu em Paris o livro de S. Dutot, geógrafo, *France et Brésil*,

em que se retrata um Pedro II chefe da mais democrática das monarquias sob a qual passara a viver um povo, durante algum tempo “politiquement parlant, le plus opprimé”, diz Dutot à página 40 do seu livro referindo-se ao Brasil colonial. Exagero evidente no contraste sugerido. A verdade, porém, é que a Constituição do Império, em vigor durante o reinado de Pedro II, concorreu para dar ao Brasil condições de acolher com generosidade oficial imigrantes europeus, proporcionando-lhes garantias à sua vida e ao seu trabalho dificilmente encontradas por eles nas repúblicas da América espanhola. Essas condições de segurança pode-se dizer que não decorriam das simples garantias abstratas, oferecidas pela Carta Constitucional, mas de um sistema concreto, embora flexível, de governo, à frente do qual se erguia um monarca desde muito jovem notável pelo seu modo de combinar o espírito, tão caracteristicamente seu, de liberal, com um forte senso de justiça e um igualmente forte sentimento de ordem. Daí Dutot, com toda sua responsabilidade de geógrafo, poder transcrever à página 228 do seu livro, apoiando-as, estas palavras de L. Aubé sobre o Brasil de Pedro II ainda jovem: “... il n’est pas aucune contrée au monde qui présente des chances de succès plus sérieuses à la colonisation européenne”. O que não significa que da parte de fazendeiros e de grandes proprietários não se tenham levantado consideráveis obstáculos a essa colonização.

Um dos aspectos positivos do Brasil de Pedro II como país acolhedor de estrangeiros estava, segundo Dutot, neste flagrante contraste do Império do mesmo Pedro com a República dos Estados Unidos do Norte: na república anglo-saxônica dominava um preconceito contra o negro que se opunha à mistura do descendente de europeu com o africano ou com seu descendente, livre ou escravo; no Império brasileiro, surpreendia-se uma tal tendência em sentido contrário, que “la constitution politique... reconnaît les mêmes droits à tous les hommes libres, qu’elle que soit leur couleur...” E essa disposição constitucional não era senão “l’expression des idées générales”, nota Dutot à página 37 do seu livro. Idéias gerais com as quais era solidário, tanto quanto possível d. Pedro II. Murmurasse, é certo, sua aversão ao desejo, que teria animado Solano Lopez, a seu modo um Bonaparte hispano-guarani, de ser aceito pelo imperador do Brasil como príncipe consorte. União sob vários aspectos – observe-se – nada absurda do ponto de vista político-social; se tivesse se realizado teria dado à monarquia brasileira um saudável caráter telúrico, americano, extra-europeu, meta-racial.

Os pronunciamentos de estrangeiros idôneos de tipo médio a favor do que já era então uma sociedade nacional a desenvolver-se, no meio de vários obstáculos ainda hoje insuperados, em democracia étnica, não podiam deixar de ser agradáveis a Pedro II: um branco mais amigo dos Rebouças que dos Gobineau. Um monarca que sabia honrar nos seus súditos suas virtudes pessoais a revelia de acidentes de etnia ou de cor. Tanto que Dutot, antecipando-se em ser, a seu modo, um futurólogo, escrevia no meado do século XIX do Brasil de Pedro II que aqui a tendência para brancos e gentes de cor se misturarem, sendo um fato – “le fait existe et sa portée est immense” – podia-se prever, ou entrever, “pour l’avenir”, não só a extinção da escravatura como mais do que isto e mais do que “a coexistência de duas raças sobre o mesmo solo”... “leur complète fusion dans l’avenir”. É o que se lê à página 37 daquele livro. Ao que acrescentava Dutot não sem certa malícia francesa, ainda hoje válida para casos semelhantes ao enfocado pelo arguto observador: “Si l’esclavage pouvait avoir un avantage, ce serait de confirmer... la douceur du caractère brésilien: bien peu de nos négrophiles européens enduraient les libertés excentriques que se permettent impunément les domestiques esclaves”, escreve o francês à página 39 do seu *France et Brésil*. Ora, essa “douceur brésilienne” de caráter, de atitude, no exercício da autoridade, quem a revelou mais nitidamente, sendo no país o senhor dos senhores: aquele que de tão suave ficou apelidado de *Pedro Banana*?

Agora, o inglês Hastings Charles Dent que em 1886 publicou seu *A Year in Brazil*. Quem era esse inglês? A que veio, vindo ao Brasil em 1883?

Era engenheiro formado pela Escola de Engenharia de *Crystal Palace*. Veio ao nosso país para realizar sondagens ligadas à futura construção de estrada de ferro em Minas Gerais. Seu livro é dos mais interessantes dentre os escritos por estrangeiros do tipo médio sobre o Brasil de Pedro II.

Que diz esse engenheiro inglês – desapaixonado, objetivo, científico – sobre d. Pedro II à página 235 do seu livro? Que “durante cinquenta e três anos o Brasil vinha sendo governado por esse afável, benévolo, irreprochável imperador”... “tão necessário ao bem-estar dos brasileiros”. Brasileiros que, segundo Dent, quando cristãos, viviam em condições paralelas, quer fossem brancos, negros ou índios. É o que se lê à página 299 do livro do sólido, sensato, equilibrado engenheiro inglês do tempo da rainha Vitória.

Outro depoimento, expressivo: o de Adolphe d'Assier no seu *Le Brésil Contemporain*, livro aparecido em Paris em 1867. Que nos diz esse observador francês de Pedro II à página 220 do seu livro? Que seu palácio da cidade tinha um aspecto de caserna ou de hospital. O imperador, este era homem alto e de bela aparência. Alemão pela origem materna – uma arquiduquesa austríaca – tudo no seu físico indicava um europeu germânico. Inteligente, sincero, honesto. Gostos de erudito. Amante dos livros. Os estrangeiros que o visitavam recolhiam dele – salienta o francês d'Assier – impressão favorável; e o proclamavam “le premier de sa nation”.

O rev. Walter Colton, no seu *Deck and Port*, publicado em Londres em 1851, é outro que destaca do palácio imperial do Rio de Janeiro dos dias de Pedro II ainda jovem que não apresentava encantos de arquitetura nobre. Fixa um pormenor interessante da guarda militar do provavelmente mais paisano, mais pacífico, mais tranqüilo dos imperadores que então reinavam no mundo: um soldado preto era o único a guardar o palácio; os demais soldados que Colton surpreendeu, sentados pelos cantos das paredes, dormiam profundamente: “were sound sleep”, escreve ele à página 73 de sua narrativa.

Outro fato impressionou o rev. Colton no modo de Pedro II – de Pedro I sua opinião é quase de todo desfavorável, à base do que soube, no Brasil, do primeiro imperador: mau para a imperatriz, despuadorado, desrespeitador de senhoras – ser monarca: seu desvelo pelos doentes. Uma estátua de Pedro II estava sendo então esculpida por um artista italiano, em mármore de Carrara, na qual se glorificava o monarca beneficente. O comentário do clérigo, à página 75 do seu livro, é expressivo: “que por muito tempo aquela estátua se conserve no seu pedestal como símbolo da humanidade daquele que se glorificava!”.

Noutra de suas páginas o rev. Colton refere-se ao poder do monarca brasileiro como sendo então o de alguém com apenas um pouco mais de autoridade que o presidente dos Estados Unidos. Havia, no Brasil imperial, Constituição, Parlamento, expressão de vontade popular ou nacional: uma expressão, que segundo o clérigo anglo-americano, poderia ser contrariada pelo veto do imperador. Dessa prerrogativa, salienta o rev. Colton, que Pedro II raramente se valia; e “never, I believe, where the popular will has been clearly expressed”, nota ele à página 90 de *Deck and Port*. Aliás, o espírito democrático de Pedro II harmonizava-se com o do brasileiro de quem

o observador anglo-americano escreve que, em atitude para com as gentes de cor, contrastava com os igualitários mais de boca do que de fato do seu país. No Brasil de Pedro II nota Colton que quando livre, o negro podia votar e ser votado: ser eleito para o Parlamento.

No seu *Brazil*, publicado em Londres em 1866, que escrevia de Pedro II William Scully, jornalista, nas primeiras páginas desse seu livro? Isto: que o Brasil devia, em grande parte sua posição entre as nações então tidas como civilizadas – sua tranqüilidade, sua prosperidade – ao governo “sábio e vigoroso” do seu segundo imperador. Era uma tranqüilidade e uma prosperidade que o Brasil de Pedro II desfrutava em contraste com as constantes agitações que arruinavam as “unhappy republics” suas vizinhas. A Pedro II não faltavam “altos padrões de excelência” em “maneira”, em “educação” e em “moralidade”. Seus serviços ao país ele os vinha prestando – notava o jornalista inglês – mercê dos “poderes que lhe conferiam a Constituição do Império”; e, mais do que isto, em virtude de poderes ainda maiores, que eram os que lhe proporcionavam seu “caráter” e seus “talentos”; por ele empregados não em benefício próprio e no interesse de sua família, mas em prol da sua gente; isto é, da gente brasileira. Estimulados pelo exemplo do monarca, notava o observador inglês que os homens públicos do único Império americano se situavam entre os mais patrióticos e os de mais larga visão do mundo daqueles dias.

Acresce que era um soberano sensível – segundo o inglês Scully – às angústias dos súditos mais pobres que o procuravam. Seus 800:000\$000 anuais não chegavam para as caridades a que se entregava. Por conseguinte – a acreditar-se em tudo quanto de d. Pedro II escrevia na década 60 seu entusiasta britânico – era um monarca modelo.

Em livro publicado em Londres no mesmo ano de 1869, outro inglês, William Hadfield, não vai a tanto quanto William Scully com relação às virtudes e aos talentos de d. Pedro II. Mas suas são expressivas palavras de admiração pelo monarca que tendo conhecido durante sua residência no Rio de Janeiro, de 1848 a 1849 – Pedro II era então um adolescente – voltou a visitar, no Palácio São Cristóvão, quase quinze anos depois. Achou-o mais magro, porém saudável. Não era difícil chegar-se à presença de Pedro II: o monarca era simples, de acordo com “as tendências democráticas” do povo brasileiro. Da imprensa observa Hadfield à página 42 do seu livro que, no Brasil de Pedro II, era “perfectly free”, não faltan-

do azedume às discussões políticas nos jornais. Poderia ter acrescentado que essa liberdade de palavra no Brasil permitia a jornalistas, caricaturistas, panfletários uma grande desenvoltura de linguagem e de crítica com relação à pessoa do soberano. Essa liberdade de palavra reinava no Parlamento. Estendia-se aos cafés, aos teatros, às ruas. D. Pedro II foi, por isto, um dos monarcas da sua época mais caricaturados, mais troçados, mais levados ao ridículo em jornais e em revistas. O caricaturista português Bordalo Pinheiro foi um dos estrangeiros – se é que português jamais foi estrangeiro no Brasil – que o caricaturaram com mais aguda malícia. Sem serem propriamente caricaturistas, mas autores de livros extremamente maliciosos sobre o Brasil, os franceses Expilly e Dabadie não deixaram de envolver Pedro II nas suas malícias contra a gente brasileira, cuja situação caricaturaram de modo tão grosseiro. Mas a verdade é que nem malícias nem caricaturas, nacionais e estrangeiras, conseguiram fazer de Pedro II uma figura ridícula: um conselheiro Acácio coroado, por exemplo.

Em *Le Brésil tel qu'il est*, publicado em Paris em 1862, que diz Charles Expilly, de Pedro II? Especificamente, a personalidade do segundo imperador não é posta em qualquer destaque caricatural nesse livro singularmente antibrasileiro, escrito por francês do século XIX. Mas quando Expilly escreve que no próprio Largo do Paço fazia-se, no começo do século XIX, flagelação de escravos e comenta à página 301 do seu libelo, que tais cenas, revoltantes e sádicas, se sucediam “comme pour insulter plus cyniquement aux majestés du ciel et de la terre”, a dignidade da monarquia brasileira é duramente atingida. Segundo Expilly, tolerava-se que no próprio Largo do Paço se flagelassem escravos do modo mais cruel. Mas ele reconhece ter Pedro II dado fim a essa barbaridade: ... “fit cesser cet état des choses”. E o maldizente destaca à página 302 do seu livro, de Pedro II, que como monarca procurou sempre, em face do problema da escravidão, conciliar “os sagrados direitos da humanidade” e “os direitos legais da propriedade”.

Quem já leu o livro de Charles Expilly sabe quanto há nas suas 382 páginas de injusto, de malicioso, de caricaturesco contra o Brasil – todos esses abusos disfarçados sob o aspecto do que hoje alguns chamariam de objetividade. O autor é o que pretende ser: “ni pamphlétaire ni thuriféraire”. Na realidade, é mais do que panfletário.

Num livro assim desmedido em seu modo de ser mais que panfletário é significativo encontrar-se, da parte do furioso autor, um irreprimível respeito pela personalidade de Pedro II: “honnête homme autant qu’homme instruit avant tout...” Monarca a quem o panfletário não conseguiu negar uma “philantropie éclairée”.

Outros, vários outros testemunhos sobre Pedro II, de estrangeiros simplesmente medianos, seus contemporâneos, que visitaram o Brasil durante o seu reinado, poderiam ser invocados, quase todos favoráveis à sua personalidade, ao seu modo de ser chefe de Estado, às suas atitudes em face de problemas, com que se defrontaram, no decorrer do século XIX, ele e os educadores brasileiros da época, ele e os proprietários de terras e de escravos, ele e os jornalistas, ele e os líderes religiosos.

Severas críticas ele receberia de outros analistas: as de homens de épocas posteriores à sua e favorecidos pela perspectiva histórica e pelo critério sociológico de interpretação das relações entre fatos. Um desses analistas, o seu próprio neto, d. Luís de Bragança. Um sociólogo da história dotado de uma penetração crítica que situa o autor de *Sous la Croix du Sud* entre os melhores historiadores sociólogos de menor porte, mas de boa categoria, que tem tido o Brasil.

Os testemunhos de estrangeiros, contemporâneos de Pedro II, que o conferencista acaba de invocar, não procedem nem de sociólogos nem sequer de intelectuais ilustres: nem de cientistas nem de homens de letras, naqueles dias, conspícuos. Nem de um Agassiz nem de um Gobineau. O seu valor está em procederem de homens simplesmente médios.

